

# SIMULADO TRF 2010

## com RESPOSTAS COMENTADAS



### ESTRUTURA DA PROVA OFICIAL E DESTE SIMULADO

**CONHECIMENTOS GERAIS:**  
(40 pontos):

**NOÇÕES DE DIREITO:**  
Administrativo,  
Constitucional,  
Previdenciário,  
Tributário,  
Processual Civil,  
Processual Penal.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**  
(60 pontos):

PORTUGUÊS,  
MATEMÁTICA,  
RACIOCÍNIO LÓGICO.

### **Outras informações:**

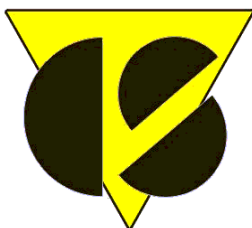
Houve 92.884 candidatos inscritos para o concurso de cadastro de reserva do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR / SC / RS).

Você pode consultar os inscritos por cargo no site do Curso Sólón.

Para conhecer seu local de prova, consulte e imprima o quanto antes o cartão informativo a partir do site da organizadora FCC ou do site do Curso Sólón.

A prova oficial será aplicada para os cargos de nível médio na manhã do domingo de 11 de abril (portões abertos das 07h30 às 08h00). Os candidatos a cargos de nível superior devem apresentar-se à tarde (entre 14h00 e 14h30).

Leve documento oficial de identificação e caneta TINTA PRETA.



## Curso Sólón Concursos

[www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)

*Aulas & Apostilas*

**ATENÇÃO:** Para assegurar que este simulado esteja no nível da prova do concurso oficial, algumas questões a seguir foram adaptadas de provas anteriores aplicadas pela FCC, a mesma organizadora do atual concurso TRF 4ª Região.

**CONHECIMENTOS  
ESPECÍFICOS:  
(30 questões x peso 2 = 60 pontos)**

**LÍNGUA PORTUGUESA:**

Professoras Cidinha e Eliane

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue:

A amizade

Uma amizade verdadeira possui tão grandes vantagens que mal posso descrevê-las. Para começar, em que pode consistir uma “vida vivível” que não encontre descanso na afeição partilhada com um amigo? Que há de mais agradável que ter alguém a quem se ousa contar tudo como a si mesmo? De que seria feita a graça tão intensa de nossos sucessos, sem um ser para se alegrar com eles tanto quanto nós? E em relação a nossos reveses, seriam mais difíceis de suportar sem essa pessoa, para quem eles são ainda mais penosos que para nós mesmos.

Os outros privilégios da vida a que as pessoas aspiram só existem em função de uma única forma de utilização: as riquezas, para serem gastas; o poder, para ser cortejado; as honrarias, para suscitar os elogios; os prazeres, para deles se obter satisfação; a saúde, para não termos de padecer a dor e podermos contar com os recursos de nosso corpo.

Quanto à amizade, ela contém uma série de possibilidades. Em qualquer direção a que a gente se volte, ela está lá, prestativa, jamais excluída de alguma situação, jamais importuna, jamais embaraçosa. Por isso, como diz o ditado, “nem a água nem o fogo nos são mais prestimosos que a amizade”. E aqui não se trata da amizade comum ou medíocre (que, no entanto, proporciona alguma satisfação e utilidade), mas da verdadeira, da perfeita, à qual venho me referindo. Pois a amizade torna mais maravilhosos os favores da vida, e mais leves, porque comunicados e partilhados, seus golpes mais duros.

(Adaptado de Cícero, filósofo e jurista romano)

**01) Ao tratar da amizade verdadeira, Cícero dá um peso especial ao fato de que ela:**

- é um privilégio desfrutado de uma forma única e exclusiva.
- intensifica nossas conquistas e ameniza nossos infortúnios.
- abre caminho para o exercício de um poder que todos desejamos.
- produz honrarias que todos os amigos podem compartilhar.

- Afasta os padecimentos morais e multiplica as alegrias.

**02) Atente para as seguintes afirmações:**

**I. A expressão nossos reveses (1o parágrafo) é empregada com sentido equivalente ao de golpes mais duros (3o parágrafo).**

**II. Em vez de podermos contar (2o parágrafo), o emprego da forma pudermos contar seria mais adequado à construção da frase.**

**III. Os termos comunicados e partilhados (3o parágrafo) referem-se ao termo anterior favores.**

**Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em:**

- I.
- II.
- III.
- I e II.
- II e III.

**03) Há um deslize na concordância verbal da seguinte frase:**

- Aos golpes mais duros da vida responde uma amizade verdadeira com palavras e gestos de solidariedade.
- Nunca haverão de nos faltar, quando contamos com amigos verdadeiros, a força justa das palavras certas.
- Assim como ninguém vive sem o préstimo da água, não se superam os infortúnios sem o apoio de um amigo verdadeiro.
- Os sofrimentos que pesam sobre alguém haverão de ser mais leves com a companhia solidária de um amigo leal.
- Importa, acima de todas as coisas, poder contar com a lealdade e os bons préstimos que nos oferece a amizade verdadeira.

**04) Transpondo-se para a voz ativa a frase *Nossos reveses podem ser consolados pela palavra amiga*, a forma verbal resultante será:**

- terá consolado.
- hã de consolar-se.
- poderiam consolar.
- pode consolar.
- haverá de consolar.

**05) Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:**

- a) Quem cuida da saúde, conta com os recursos do corpo, já quem cultiva uma amizade, conta com o conforto moral.
- b) No que me diz respeito, não me interessam os amigos de ocasião: prezo apenas os verdadeiros, os que me apoiam incondicionalmente.
- c) De que pode vale, gozarmos um momento de felicidade, se não dispomos de alguém, a quem possamos estendê-la?
- d) Confio sempre num amigo; pois minha confiança nele, certamente será retribuída com sua confiança em mim.
- e) São essas enfim, minhas razões para louvar a amizade: diga-me você agora quais as suas?

**06) Transpondo-se para a voz passiva a frase “qual livro gostaria de levar para sua ilha deserta”, empregar-se-á a forma verbal.**

- a) fosse levado.
- b) tivesse sido levado.
- c) teria levado.
- d) levaria.
- e) tinha levado.

**07) As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:**

- a) Muitos julgam imprescindíveis que se consulte os especialistas para que se avalie com precisão os livros de uma velha biblioteca.
- b) Qualquer um dos que entram desprevenidos numa velha biblioteca podem se defrontar com surpresas de que jamais se esquecerá.
- c) Mesmo que hajam passado cem anos, as fotos revelam instantâneos de um presente perdido, no qual não se contava com os efeitos do tempo.
- d) Nada do que se lê nos grandes livros, mesmo quando extinta a época em que foram escritos, parecem envelhecidos para quem os compreende.
- e) Lá estão, como se fosse hoje, a imagem das jovens e sorridentes senhorinhas daqueles tempos, inteiramente alheias ao passar do tempo.

**08) Diante das fotos antigas, olhamos as fotos para captar dessas fotos a magia do tempo que repousa nessas fotos. Evitam-se as abusivas repetições da**

**frase acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente:**

- a) olhamo-lhes - captá-las - lhes repousa
- b) as olhamos - captar-lhes - nelas repousa
- c) olhamo-las - as captar - repousa nas mesmas
- d) olhamo-las - captar-lhes - nelas repousa
- e) olhamo-as - lhes captar - lhes repousa

**09) O verbo indicado entre parênteses adotar, obrigatoriamente, uma forma no plural, ao se flexionar na seguinte frase:**

- a) À grande maioria dos livros de uma biblioteca ..... (cabere) um destino dos mais melancólicos.
- b) É comum que livros antigos, na perspectiva de um herdeiro pouco afeito às letras, ..... (representar) mais um incômodo do que uma dádiva.
- c) ..... (costumar) haver muitas surpresas para quem se propõe a vasculhar uma antiga biblioteca.
- d) Pouca gente, tendo o compromisso de avaliar uma biblioteca, ..... (saber) separar com rigor os livros valiosos dos que não o são.
- e) ..... (ocorrer) a muitos imaginar que uma velha biblioteca valerá mais pela quantidade do que pela qualidade dos livros.

**10) Observe o texto abaixo, no qual alguns sinais de pontuação foram omitidos:**

O Secretário da Receita Federal [ 1 ] afirmou [ 2 ] após receber os integrantes da subcomissão do Senado encarregada de aprofundar as investigações da CPI do Poder Judiciário [ 3 ] que qualquer CPI "ajuda muito" o trabalho da Receita Federal. "As CPIs têm realizado um trabalho de parceria com a Receita. Pelo seu trabalho investigativo e seu poder de quebrar sigilos bancário e fiscal de pessoas envolvidas em investigação [ 4 ] as CPIs trazem informações valiosas [ 5 ] à Receita para fins fiscais" [ 6 ] disse o secretário. (Folha de S. Paulo, 18/08/2000 p. A6, com adaptações)

Agora assinale a opção em que as vírgulas estão bem empregadas nas lacunas respectivas.

	1	2	3	4	5	6
a)			,	,	,	,
b)	,	,	,		,	
c)		,	,	,		,
d)			,	,	,	
e)	,	,	,	,	,	,

**MATEMÁTICA:**

Professores Pacífico e Fernando

11) Para  $a = 0,666\dots$ ,  $b = 0,3$  e  $c = 2$ , determine o valor numérico da expressão:

 $(a \cdot b + c^{-2}) : b$ .

- a)  $2/3$
- b)  $3/2$
- c)  $4/3$
- d)  $5/2$
- e)  $2/5$

12) Para pintar  $4/9$  de uma parede em um dia e  $1/6$  da mesma parede em um segundo dia, um pintor gastou 11 litros de tinta. Quantas latas ele gastará para pintar a parede toda, se uma lata contém 6 litros de tinta.

- a) 18 latas
- b) 10 latas
- c) 6 latas
- d) 5 latas
- e) 3 latas

13) Certo dia, um técnico judiciário observou que o triplo do número  $x$ , de documentos por ele arquivados, excedia de 12 unidades a terça parte do número  $y$ , de documentos que havia protocolado. Se a razão entre  $x$  e  $y$ , nessa ordem, é  $1/5$ , então  $x + y$  é igual a:

- a) 45
- b) 63
- c) 54
- d) 58
- e) 65

14) Um líquido depositado em um balde perdeu, por evaporação, 3% do seu volume, restando 19,4 litros. Daí podemos afirmar corretamente que:

- a) O balde possuía mais de 20 litros;
- b) O balde possuía menos de 19,8 litros;
- c) O volume do balde era de exatamente 21 litros;
- d) O volume do balde era de 20 litros;
- e) O volume do balde era de 15 litros.

15) Para produzir 600 pães foram gastos 33 kg de farinha de trigo e 1,28 kg de gordura e foram necessários 2 padeiros, que trabalharam 4 horas por dia, durante 7 dias. Quantos dias serão necessários para produzir 960 pães, utilizando-se 60 kg de farinha e 0,66 kg de gordura, com 3 padeiros trabalhando 7 horas por dia?

- a) 4 dias
- b) 2,5 dias
- c) 6 dias
- d) 7 dias
- e) 3 dias

16) Em um pelotão há 18 policiais militares: 11 homens e 7 mulheres. De quantos modos pode-se selecionar 6 desses policiais para compor uma equipe se apenas dois deles devem ser do sexo feminino?

- a) 6930
- b) 13860
- c) 27720
- d) 166320
- e) 332640

17) Chama-se palíndromos os números inteiros que não se alteram quando é invertida a ordem de seus algarismos( Por exemplo 383, 4224) Qual o número total de palíndromos formados por 5 algarismos?

- a) 90
- b) 900
- c) 990
- d) 810
- e) n.d.a

18) Sobre uma mesa são colocadas 9 moedas em fila. Quantos são os modos possíveis de se colocar 3 caras e 6 coroas voltadas para cima?

- a) 512
- b) 18
- c) 1024
- d) 84
- e) n.d.a

19) Quantos anagramas da palavra VESTIBULAR apresentam as vogais em ordem alfabética?

- a) 480
- b) 15200
- c) 151200
- d) 234500
- e) 85200

20) Quer-se formar um grupo de danças com 6 bailarinas, de modo que três delas tenham menos de 18 anos, que uma delas tenha exatamente 18 anos, e que as demais tenham idade superior a 18 anos. Apresentaram-se, para a seleção, doze candidatas, com ida-

des de 11 a 22 anos, sendo a idade, em anos, de cada candidata, diferente das demais. O número de diferentes grupos de dança que podem ser selecionados a partir deste conjunto de candidatas é igual a:

- a) 85
- b) 220
- c) 210
- d) 120
- e) 150

**RACIOCÍNIO LÓGICO:**

Professora Simone

21) (FCC-2006) Cinco times – Antares, Bilbao, Caiscais, Deli e Elite – disputam um campeonato de basquete e, no momento, ocupam as cinco primeiras posições na classificação geral. Sabe-se que:

- Antares está em primeiro lugar e Bilbao está em quinto;
- Caiscais está na posição intermediária entre Antares e Bilbao;
- Deli está à frente do Bilbao, enquanto que o Elite está imediatamente atrás do Caiscais.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) Caiscais está em segundo lugar.
- b) Deli está em quarto lugar.
- c) Deli está em segundo lugar.
- d) Elite está em segundo lugar.
- e) Elite está em terceiro lugar.

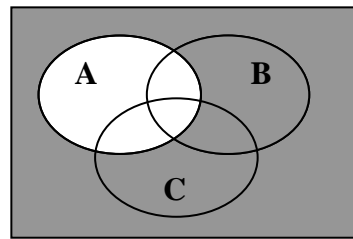
22) (FCC-2006) Na sequência seguinte o número que aparece entre parênteses é obtido segundo uma lei de formação.

63(21)9; 186(18)31; 85(?)17

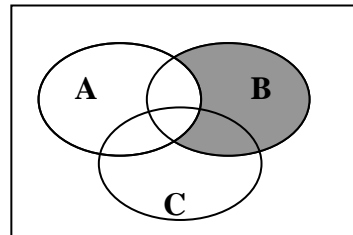
- a) 15
- b) 17
- c) 19
- d) 23
- e) 25

23) (FCC-2004) Seja A o conjunto de todas as pessoas com mais de 1,80 m de altura, B o conjunto de todas as pessoas com mais de 80 kg, e C o conjunto de todas as pessoas com mais de 30 anos de idade. Tânia diz que Lucas tem menos de 1,80 m e mais de 80 kg. Irene diz que Lucas tem mais do que 80 kg e mais de 30 anos de idade. Sabendo que a afirmação de Tânia é verdadeira e a de Irene é falsa, um diagrama cuja parte sombreada indica corretamente o conjunto ao qual Lucas pertence é:

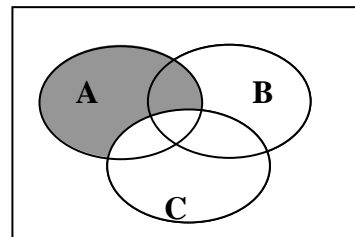
a)



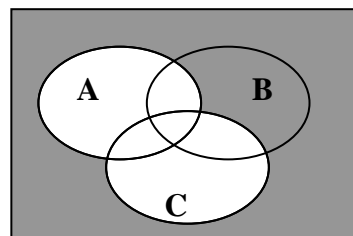
b)



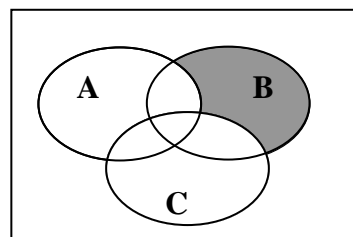
c)



d)



e)



Para responder às próximas questões deve-se considerar que:

(FCC-2006) *Lógica é o estudos das relações entre afirmações. Um argumento é um conjunto de fatos e opiniões (premissas) que dão suporte a uma conclusão. Isso não significa que as premissas ou a conclusão sejam necessariamente verdadeiras; entretanto, a análise dos argumentos permite que seja testada a nossa habilidade de pensar logicamente.*



24) Um argumento é composto pelas seguintes premissas:

Se as metas de inflação não são reais, então a crise econômica não demorará a ser superada.

Se as metas de inflação são reais, então os superávits primários não serão fantasiosos.

Os superávits serão fantasiosos.

Para que o argumento seja válido, a conclusão deverá ser:

- a) A crise econômica não demorará a ser superada.
- b) As metas de inflação são irreais ou os superávits são fantasiosos.
- c) As metas de inflação são irreais e os superávits são fantasiosos.
- d) Os superávits econômicos serão fantasiosos.
- e) As metas de inflação não são irreais e a crise econômica não demorará a ser superada.

25) Aldo, Benê e Caio receberam uma proposta para executar um projeto. A seguir são registradas as declarações dadas pelos três, após a conclusão do projeto:

Aldo: Não é verdade que Benê e Caio executaram o projeto.

Benê: Se Aldo não executou o projeto, então Caio executou.

Caio: Eu não executei o projeto, mas Aldo ou Benê executaram.

Se somente a afirmação de Benê é falsa, então o projeto foi executado apenas por

- a) Aldo.
- b) Benê.
- c) Caio.
- d) Aldo e Benê.
- e) Aldo e Caio.

26) Sejam as proposições:

p: atuação compradora de dólares por parte do Banco Central.

q: fazer frente ao fluxo positivo.

Se p implica em q, então:

- a) a atuação compradora de dólares por parte do Banco Central é condição necessária para fazer frente ao fluxo positivo,
- b) fazer frente ao fluxo positivo é condição suficiente para a atuação compradora de dólares por parte do Banco Central.
- c) a atuação compradora de dólares por parte do Banco Central é condição suficiente para fazer frente ao fluxo positivo.

d) fazer frente ao fluxo positivo é condição necessária e suficiente para atuação compradora de dólares por parte do Banco Central

e) a atuação compradora de dólares por parte do Banco Central não é condição suficiente e nem necessária para fazer frente ao fluxo positivo.

27) (FCC-2006) No quadriculado seguinte os números foram colocados nas células obedecendo a um determinado padrão.

16	34	27	X
13	19	28	42
29	15	55	66

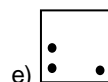
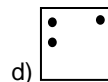
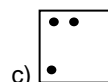
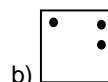
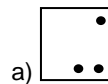
Seguindo esse padrão, o número X deve ser tal que:

- a)  $X > 100$
- b)  $90 < X < 100$
- c)  $80 < X < 80$
- d)  $70 < X < 80$
- e)  $X < 70$

28) Observe a figura seguinte:



Qual figura é igual a figura acima representada?



29) (FCC-2009) A correta negação da proposição "todos os cargos deste concurso são de analista judiciário" é:

- a) alguns cargos deste concurso são de analista judiciário.
- b) existem cargos deste concurso que não são de analista judiciário.

- c) existem cargos deste concurso que são de analista judiciário.
- d) nenhum dos cargos deste concurso não é de analista judiciário.
- e) os cargos deste concurso são ou de analista, ou no judiciário.

**30) Em uma declaração ao tribunal, o acusado de um crime diz:**

“ No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Quando ouvi a campainha e ouvi que era o vendedor, eu disse a ele:- hoje não compro nada.Issso posto, não tenho nada a declarar sobre o crime.”

**Do ponto de vista lógico o acusado afirmou, em relação ao dia do crime que:**

- a) Não foi a lugar algum, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
- b) Não foi a algum lugar algum, comprou alguma coisa do vendedor, e tem coisas a declarar sobre o crime.
- c) Foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.
- d) Foi a algum lugar, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
- e) Foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.

**CONHECIMENTOS GERAIS:**  
(40 questões x peso 1 = 40 pontos)

**NOÇÕES DIR.ADMINISTRATIVO:**  
Professor Ivo

**31) João e Antônio, após regular aprovação em concurso para preenchimento de cargos públicos efetivos, são nomeados. Todavia, João não comparece para tomar posse no prazo legal. Antônio, por sua vez, toma posse, porém não entra em exercício no prazo legal. Nessa situação,**

- a) Ambos devem ser exonerados.
- b) Ambos devem ter sua nomeação tornada sem efeito.
- c) João deve ter sua nomeação tornada sem efeito e Antônio deve ser exonerado.
- d) Antônio deve ter sua nomeação tornada sem efeito e João deve ser exonerado.
- e) João deve ser exonerado, mas Antônio poderá entrar em exercício a qualquer tempo, sem sofrer sanção pela inobservância do prazo, apenas não computando tempo de serviço para nenhum efeito.

**32) Um servidor público foi submetido a um processo administrativo disciplinar e recebeu a pena de advertência. Passados dois anos, o servidor pediu a**

**revisão do processo, alegando fatos novos. O processo foi revisto e a penalidade modificada para suspensão. A situação assim descrita está**

- a) Em desacordo com a Lei porque não é possível que se aleguem fatos novos no pedido de revisão.
- b) Em desacordo com a Lei porque não existe a possibilidade de pedido administrativo de revisão do processo.
- c) De acordo com a Lei.
- d) Em desacordo com a Lei porque a penalidade foi modificada de advertência para suspensão.
- e) Em desacordo com a Lei no que diz respeito ao prazo do pedido de revisão.

**33) A respeito da posse em cargo público, assinale a opção correta.**

- a) A administração é livre para exigir, ou não, que, antes da posse, o empossado submeta-se à inspeção médica oficial.
- b) O nomeado que não toma posse no prazo estabelecido em lei é tido como demitido.
- c) Não se toma posse em cargo em comissão.
- d) É possível tomar posse por meio de procuração específica.
- e) Tendo tomado posse no cargo, o servidor deve, necessariamente, entrar, de imediato, em exercício no cargo.

**34) Quanto ao direito do servidor público civil à estabilidade. De acordo com a CF/88, é correto afirmar que:**

- a) O instituto pode abranger ocupantes de cargos de provimento em comissão, desde que permaneçam em exercício por três anos contínuos.
- b) A aquisição da estabilidade depende do efetivo exercício, por três anos, em cargo de provimento efetivo, e de avaliação especial de desempenho.
- c) A estabilidade foi mantida apenas para os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no exercício de suas funções quando do advento da EC n. 19.
- d) A estabilidade foi suprimida do Texto Constitucional em razão da nova disciplina dada ao instituto da disponibilidade.
- e) A aquisição da estabilidade requer o cumprimento de dois requisitos: exercício de dois anos em função pública e avaliação de desempenho.

**35) Com relação às punições que podem ser impostas aos servidores, é correto afirmar que:**

- a) Quando houver conveniência para o serviço, a punição de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 40% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer no serviço;

- b) O prazo máximo da punição de suspensão será de 120 dias;
- c) A punição de advertência terá seu registro cancelado após dois anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração;
- d) A ação disciplinar prescreverá em 180 dias quanto à advertência;
- e) A ação disciplinar prescreverá em 3 anos quanto à suspensão

**36) Em relação à extinção dos atos administrativos, assinale a correta:**

- a) No caso de ilegalidade do ato, a própria Administração não pode anulá-lo;
- b) Ocorrendo revogação de ato administrativo, são válidos os efeitos por ele produzidos até o momento de sua revogação, tem seus efeitos "ex tunc";
- c) O Poder Judiciário pode revogar atos praticados pela Administração (executivo).
- d) Ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade, pode ser anulado por interesse público;
- e) Ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade, anulado pelo judiciário, tem seus efeitos "ex tunc"

**37) A nomeação de ministro do Superior Tribunal de Justiça, porque a escolha está sujeita a uma lista tríplice e aprovação pelo Senado Federal, contando assim com a participação de órgãos independentes entre si, configura a hipótese específica de um ato administrativo**

- a) Complexo
- b) Composto
- c) Bilateral
- d) Discricionário
- e) Multilateral

**NOÇÕES DIR CONSTITUCIONAL:**  
Professor Laert

**38) A Constituição Federal, no seu art. 37, impõe à Administração Pública, direta e indireta, a obrigatoriedade de obediência a vários princípios básicos, mas entre os quais não se inclui a observância da**

- a) Eficiência.
- b) Imprescritibilidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Legalidade.
- e) Moralidade.

**39) São direitos sociais, de acordo com a constituição federal:**

- a) A educação, a saúde, a proteção à maternidade e à infância;
- b) O trabalho, a previdência social, o meio ambiente saudável e o salário família;
- c) A moradia, o lazer, a segurança e o *habeas corpus*;
- d) O salário mínimo, o mandado de segurança e a assistência aos desamparados.
- e) A intimidade e a vida privada.

**40) Assinale a opção correta.**

- a) A Constituição enumera exaustivamente os direitos e garantias dos indivíduos, sendo inconstitucional o tratado que institua outros, não previstos pelo constituinte.
- b) A Constituição em vigor admite que um brasileiro disponha de dupla nacionalidade.
- c) O estrangeiro naturalizado brasileiro pode exercer todos os direitos previstos constitucionalmente para os brasileiros natos.
- d) A liberdade de manifestação de pensamento pode ser exercida de modo anônimo, se assim o preferir o indivíduo.
- e) Pela ofensa à sua honra, a vítima pode receber indenização por dano moral, mas não por danos materiais.

**41) A respeito da ação popular é correto dizer:**

- a) Toda ação popular contra Ministro de Estado ou Presidente da República deve ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) O estrangeiro pode ajuizar a ação popular, desde que para defender um direito seu, violado pelo ato atacado na demanda.
- c) Pode-se propor ação popular visando a anular ato administrativo que ofenda, a um só tempo, a moralidade administrativa e o patrimônio público.
- d) Os sindicatos e as associações de classe de âmbito nacional têm legitimidade para propor ação popular.
- e) Somente o Ministério Público pode propor ação popular.

**42) A Constituição Federal, em seu título II, capítulo I, prevê os Direitos e Garantias Fundamentais e os direitos e deveres individuais e coletivos e, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem, EXCETO:**

- a) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- b) Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que



viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

- c) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- d) Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, mas não tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- e) Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

**43) Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:**

- a) no sistema de direitos fundamentais adotado pelo Brasil, que protege a liberdade de culto, um brasileiro pode invocar motivação religiosa para deixar de cumprir obrigação a todos imposta ou a prestação alternativa fixada pelo Estado;
- b) a interceptação telefônica somente poderá ser autorizada, por autoridade judiciária, para Instrução processual de qualquer natureza ou para fins de investigação;
- c) de acordo com a Constituição, as comissões parlamentares de inquérito têm os mesmos poderes
- d) de investigação da autoridade judicial. Nesse sentido, a C.P.I pode determinar a interceptação telefônica para fins de investigação;
- e) a atividade de uma associação poderá ser suspensa compulsoriamente por decisão judicial que ainda não transitou em julgado;
- f) nas situações expressamente previstas na Constituição, para preservar a segurança do Estado ou o pleno exercício do Poder de Polícia, poderá ser imposta censura aos meios de comunicação.

**44) Sobre as normas relativas aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:**

- a) o direito a obtenção de certidão e de atestado junto às repartições públicas encontra-se expressamente previsto na Constituição, junto com o direito de petição;
- b) não há lei regulamentando o processo de mandado de injunção, o que impede a sua utilização;
- c) poderá ser usado o mandado de segurança ou o *habeas data* quando uma autoridade não permitir o acesso de interessado ao conteúdo das informações a seu respeito existentes em banco de dados público;
- d) a Constituição isentou o impetrante do mandado de segurança e da ação popular do pagamento de custas e honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé;
- e) a lei pode criar outras hipóteses de *habeas data* além das que estão previstas na Constituição.

## NOÇÕES DE DIR. TRIBUTÁRIO:

Professor Laert

**45) 01 - É vedado à União:**

- a) Cobrar taxas em razão do poder de polícia
- b) Instituir empréstimo compulsório em caso de guerra ou calamidade pública
- c) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído
- d) Instituir impostos sobre exportação de produtos nacionais
- e) Exigir obrigações acessórias

**46) Conforme o artigo 3º do Código Tributário nacional, tributo:**

- a) é a prestação pecuniária postulada pelo ente político de forma aleatória.
- b) não constitui sanção por ato ilícito.
- c) não precisa ser instituído por legislação específica.
- d) tem sua cobrança exercida de acordo com a necessidade de cada ente político e não por meios administrativos.
- e) As alternativas "b" e "c" se completam.

**47) Podem ter suas alíquotas alteradas por ato do executivo, vigorando aumento de imediato, sem obedecer ao princípio da anterioridade:**

- a) Os empréstimos compulsórios para investimentos relevantes, o imposto extraordinário de guerra, o IPI e o ICMS.
- b) O imposto de importação, o de exportação, o IPI e o ICMS.
- c) O imposto de renda, o imposto de importação, o de exportação, o IPI e o IOF.
- d) O imposto sobre propriedade rural, o Imposto sobre serviço, o imposto de importação e o imposto de exportação.
- e) O imposto sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras, o imposto de importação e o de exportação.

**48) O crédito tributário:**

- a) provém da inscrição da dívida tributária nos livros próprios.
- b) decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- c) é um direito do sujeito passivo garantido pela Constituição Federal
- d) decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.

e) é um direito do sujeito passivo previsto na legislação do IPIO e do ICMS.

**49) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:**

**I - o princípio da legalidade determina que os tributos serão instituídos ou aumentados por lei, sem qualquer exceção;**

**II - o princípio da anterioridade veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, com algumas exceções;**

**III - o princípio da noventena determina que todos os tributos só poderão entrar em vigor depois de 90 dias da publicação da lei que os houver instituído ou aumentado, com exceção somente do Imposto de Importação, Imposto de Exportação e o Imposto sobre Produto Industrializado;**

- a) as afirmativas I e II são incorretas
- b) as afirmativas II e III são incorretas
- c) as afirmativas I e III são incorretas
- d) somente a afirmativa I é incorreta
- e) somente a afirmativa II é incorreta

**50) O lançamento compete:**

- a) A autoridade administrativa.
- b) Ao defensor público.
- c) Ao promotor de justiça.
- d) A autoridade judiciária.
- e) As alternativas A e B se completam.

**51) O lançamento que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa chama-se:**

- a) direto.
- b) por declaração.
- c) Discricionário.
- d) por homologação.
- e) de ofício

**52) Com respeito ao Sistema Tributário Nacional:**

**I) para que o Estado possa arrecadar taxa há necessidade de o usuário ou destinatário do serviço público vir a fazer uso efetivo dele;**

**II) o imposto territorial rural é de competência da união;**

**III) o imposto sobre produtos industrializados é de competência dos Estados;**

**IV) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.**

- a) apenas as afirmativas III e IV são corretas
- b) apenas as afirmativas I e II são corretas
- c) apenas as afirmativas II e III são corretas
- d) apenas as afirmativas I e IV são corretas
- e) apenas as afirmativas II e IV são corretas

## NOÇÕES DIR.PREVIDENCIÁRIO:

Professora Adriana

**53) Acerca dos princípios constitucionais relativos à seguridade social, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Os mais afortunados devem contribuir com mais, tendo em vista os poucos recursos e contribuições de outros, nesta hipótese vislumbra-se a presença do princípio da equidade na forma de participação no custeio, baseando-se na capacidade econômica dos contribuintes.
- b) Pedro e Maria são casados e possuem um filho em comum de nove anos de idade, Pedro trabalha como auxiliar de produção em uma indústria automobilística e recebe remuneração no valor de R\$ 1.500,00, não fazendo jus a salário-família, enquanto Maria trabalha como vendedora em uma loja e recebe remuneração no valor de R\$ 500,00, tendo direito a salário-família por se tratar de trabalhadora de baixa renda. Nessa situação está sendo aplicado, especificamente o princípio constitucional da universalidade na cobertura e no atendimento.
- c) A seguridade será organizada de forma a preservar o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados, um exemplo destes órgãos é o Conselho Nacional da Previdência Social.
- d) A seguridade social, de acordo com a Constituição, deve ser organizada de modo que os benefícios e serviços previdenciários prestados às populações urbanas e rurais devam guardar relação de uniformidade e equivalência.
- e) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

**54) Trata-se de objetivos da assistência social, exceto:**

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- c) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

- d) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, de acordo como o que dispuser a lei.
- e) a promoção da integração ao mercado de trabalho.

**55) Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, exceto:**

- a) participar da produção de medicamentos, equipamentos imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- b) colaborar na proteção do meio ambiente do trabalho.
- c) participar da execução das ações de saneamento básico.
- d) incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico.
- e) cobertura dos eventos de doença.

**56) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio poderá se aposentar com trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher.
- b) os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios.
- c) o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- d) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- e) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

**NOÇÕES DE DIR.PROC.CIVIL:**  
Professor Rafael

**57) Quanto aos atos processuais, assinale o que for correto:**

- a) os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir;
- b) reputam-se válidos todos os atos praticados de modo diverso do determinado, caso sua finalidade essencial seja preenchida;
- c) os atos processuais são em regra públicos;
- d) não há necessidade de correr em segredo o processo referente à conversão da separação em divórcio.
- e) É obrigatório o uso do vernáculo.

**58) Acerca das Cartas, assinale o que for CORRETO:**

- a) deve-se expedir Carta Precatória quando dirigida à autoridade judiciária de comarca diversa, dentro do território nacional.
- b) As cartas tem por finalidade permitir a prática de atos processuais além dos limites da competência territorial do magistrado.
- c) mesmo que as comarcas sejam contíguas, há a necessidade de se expedir Carta Precatória.
- d) A Carta de Ordem é expedida de Tribunal a juiz a ele subordinado.
- e) N.d.a.

**59) Quanto à citação ordenada por juiz incompetente, assinale o que for CORRETO:**

- a) induz litispendência.
- b) interrompe a prescrição.
- c) é nula de pleno direito e, por isso, não produz qualquer efeito.
- d) Torna litigiosa a coisa.
- e) N.d.a.

**60) Acerca do tempo dos atos processuais, é correto afirmar que:**

- a) os atos processuais devem ser praticados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (horas);
- b) o horário de expediente deve sempre corresponder ao período das 6 (seis) às 20 (horas);
- c) nenhum ato processual pode ser praticado fora do período das 6 (seis) às 20 (horas);
- d) nenhum ato processual pode se realizado em domingos e feriados;
- e) nenhum ato processual pode ser realizado durante as férias e feriados.

**61) A intimação do Ministério Público, na sede do juízo, será feita:**

- a) por carta de ordem.
- b) pessoalmente, em qualquer caso.
- c) por carta registrada, com aviso de recebimento.
- d) pela só publicação dos atos no órgão oficial.
- e) pela só publicação dos atos na imprensa particular, onde não houver imprensa oficial.

62) Quanto aos Prazos - À luz das hipóteses apresentadas, assinale a alternativa correta:

- I. Os prazos chamados de *peremptórios* são, em regra, inalteráveis, quer por convenção das partes, quer por determinação judicial.
  - II. Os prazos dilatórios são fixados pelo juiz, mas podem ser objeto de convenção das partes.
  - III. Os prazos impróprios fixados para os serventários da justiça e para os magistrados, uma vez violados, não importam em consequências processuais.
  - IV. De modo geral, a consequência processual pelo desacato ao chamado prazo próprio é a preclusão.
- a) Todas as hipóteses são verdadeiras
  - b) Apenas as alternativas I, II, III são verdadeiras.
  - c) As alternativas II e III são falsas.
  - d) Apenas as alternativas II e IV são verdadeiras.
  - e) Todas as hipóteses são falsas.

63) Segundo o Código de Processo Civil pode-se definir sentença como:

- a) O ato do juiz que implica na extinção do processo com julgamento de mérito.
- b) O ato pelo qual o juiz põe termo ao processo aplicando algumas das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta lei.
- c) O ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.
- d) O ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos art. 267 e 269 desta lei.
- e) O ato do juiz que no curso do processo resolve um incidente processual.

## NOÇÕES DE DIR.PROC.PENAL:

Professora Márcia

64) Os arts. 4 a 23 (cpp) prefixam sobre o inquérito policial. Sobre o inquérito policial, marque o item correto:

- a) O inquérito policial é um processo.
- b) O inquérito policial é um procedimento administrativo, informativo, provisório, preparatório, destinado a fornecer o mínimo de elementos necessários ao órgão de acusação para a propositura da ação penal.
- c) O inquérito policial é um procedimento que não necessita de informações sobre materialidade e indícios de autoria.
- d) O inquérito policial pode ser considerado um processo informativo, provisório, preparatório.
- e) O inquérito policial é um processo informativo, provisório, destinado a fornecer o mínimo de elementos ne-

cessários ao órgão de acusação para a propositura da ação penal.

65) A ação é um direito subjetivo público de pretender do estado uma prestação jurisdicional. Os arts. 24 a 63 do cpp prefixam sobre a ação penal. Acerca desta ação, assinale a opção correta:

- a) Nos crimes de ação pública, esta será provida por denúncia do Ministério Público ou queixa do ofendido.
- b) Nos crimes de ação pública esta será provida por denúncia do Ministério Público, mas não dependerá, em nenhum caso, de requisição do Ministério Público.
- c) Quando a lei o exigir, dependerão de requisição do Ministro da Justiça os crimes de ação pública.
- d) O Ministério Público terá liberdade de promover ação pública e, em nenhum caso, dependerá de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- e) Queixa-crime é sinônimo de denúncia.

66) No tocante à ação penal, assinale a opção correta:

- a) O Princípio da obrigatoriedade aplica-se nas ações penais públicas, significando que o Ministério Público sempre é obrigado a denunciar diante da ocorrência de um fato criminoso, mesmo quando ausente prova da materialidade do fato.
- b) O Ministério Público pode desistir da Ação Penal Pública e transigir acerca da mesma.
- c) É causa de rejeição da denúncia, por ofensa ao princípio da indivisibilidade da ação, a circunstância de haver o Ministério Público formulado a imputação penal contra apenas um dos indiciados no inquérito policial, mesmo pesando indícios da autoria sobre todos.
- d) Nas ações penais privadas, o ofendido, após a propositura da ação, não pode dispor da mesma, devendo prosseguir até o seu final.
- e) Nas ações penais públicas incondicionadas, o Ministério Público, para oferecer a denúncia, precisa de autorização (representação) da vítima ou de seu representante legal.

67) Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta:

- a) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial só poderá ter início mediante requerimento ou "notitia criminis" do ofendido ou de seu representante legal.
- b) Mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988, não há que se falar em contraditório e ampla defesa no curso do inquérito policial.
- c) Em regra, não pode a autoridade policial arquivar autos de inquérito policial, mas poderá fazê-lo, se ficar demonstrada, por prova cabal, a inexistência do crime.

- d) O inquérito policial é de regra público, podendo, caso necessário, ser determinado pelo delegado o seu sigilo.
- e) O inquérito policial de réu preso, no procedimento comum (regra), deve ser concluído no prazo de 10 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias.
- 68) No que diz respeito ao inquérito policial:**
- a) A autoridade policial no inquérito policial fica vinculada ao procedimento previsto em lei para averiguação dos fatos criminosos e de sua autoria.
- b) O Inquérito Policial de crimes de ação penal pública, qualquer que seja a modalidade da mesma, pode ser iniciado mediante portaria.
- c) O Inquérito Policial é indispensável ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- d) A finalidade do Inquérito Policial apuração das infrações penais e sua autoria.
- e) O relatório é uma peça essencial para o Inquérito Policial, ou seja, imprescindível, visto que conclui o mesmo.
- 69) No que diz respeito a jurisdição e competência, assinale a alternativa correta:**
- a) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- b) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ou de suas sociedades de economia mista.
- c) Existe conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- d) A competência em razão do local será determinada pelo lugar em que se consumar a infração penal.
- e) Nos crimes de ação penal privada, a competência será obrigatoriamente o foro do domicílio do réu.
- 70) Assinale a alternativa incorreta:**
- a) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor;
- b) Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, enquanto não passar em julgado a sentença, e receberá a causa no estado em que se achar;
- c) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público;
- d) As prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável;
- e) O perito, ainda quando não oficial, estará sujeito à disciplina judiciária, não cabendo às partes a nomeação do mesmo.

**PEGUE O GABARITO COMENTADO, CORRIJA  
AS QUESTÕES E REFAÇA A PROVA.**





# GABARITO

## SIMULADO TRF 2010

### RESPOSTAS COMENTADAS

#### ATENÇÃO – RECURSOS À PROVA OFICIAL:

Após a aplicação da prova oficial do TRF-4, acompanhe no site do Curso Sólón eventuais argumentos apresentados pelos nossos professores para você montar seus recursos e, quem sabe, garantir mais alguns pontinhos na prova!

01	<b>B</b>	Não pode ser a 'a' pois, para o filósofo, a amizade verdadeira nada tem de exclusivo; exclui-se a 'c' pois o poder é antagônico à amizade; 'd' não é correta pois do mesmo modo em relação à amizade, não é possível se falar em honrarias; 'e' a incorreção está na impossibilidade de haver sofrimentos – segundo o autor, a amizade verdadeira é que torna possível suportá-lo.
02	<b>A</b>	A II é incorreta, pois, lendo-se o período em que a locução verbal destacada se encontra, percebe-se que já havia uma primeira: ' <i>para não termos de padecer a dor e podermos contar com os recursos de nosso corpo.</i> ' que se encontra no infinitivo pessoal, só cabendo na posterior o infinitivo pessoal; a III é incorreta pois os adjetivos destacados se referem ao vocábulo 'golpes'.
03	<b>B</b>	A alternativa 'b' traz o uso inadequado do verbo haver que, no trecho, é impessoal, devendo aparecer, portanto, no singular.
04	<b>D</b>	Só cabe a alternativa 'd' pois, na ativa, a locução verbal passiva "podem ser consolados" só pode ser transformada em "pode consolar" em virtude de o sujeito da mesma ser 'amizade' e o verbo da locução estar no presente do indicativo.
05	<b>B</b>	A alternativa 'a' traz erroneamente o emprego da vírgula, separando a oração que faz papel de sujeito de seu predicado; na 'c' a vírgula quebra a locução verbal; na 'd' só caberia a vírgula antes do advérbio 'certamente' caso houvesse uma logo após o mesmo; na 'e', a palavra 'enfim' deveria estar entre duas vírgulas e não cabe o ponto de interrogação final por não se tratar de interrogação direta.
06	<b>A</b>	A frase " <i>qual livro gostaria de levar para sua ilha deserta</i> " está na voz ativa pois o sujeito oculto (você) é o agente da ação verbal. Deixando o verbo na voz passiva e conservando-se o mesmo tempo verbal, temos " <i>qual livro gostaria que fosse levado consigo para sua ilha deserta</i> ". Ao se converter frases da ordem ativa para a passiva analítica, há sempre o aumento de um verbo.
07	<b>C</b>	Melhor comentar as alternativas erradas: A) <u>imprescindível</u> , pois muitos julgam imprescindível alguma coisa (que se <u>consultem</u> os especialistas...), B) Qualquer um dos que <u>entra</u> (o verbo deve ficar no singular por se referir a qualquer um). D) <u>parece envelhecido</u> , pois se refere ao sujeito NADA. E) Lá <u>está</u> , pois se refere ao sujeito A IMAGEM.
08	<b>D</b>	O pronome oblíquo a(s) transforma-se em la(s) quando ligado em ênclise com verbos terminados em R, S ou Z. Portanto, está correto "olhamo-las". Devemos usar "lhes" (e não "as") junto ao verbo captar, pois se trata de objeto indireto (captar de alguém). O restante é substituição simples de outras palavras por pronomes.
09	<b>B</b>	A alternativa B é correta, pois o verbo deve estar em concordância com seu sujeito (livros antigos → representam). Analisando as demais alternativas: A) um destino → cabe; C) sujeito inexistente → verbo no singular (costuma haver); D) Pouca gente → sabe; E) Que uma velha biblioteca (sujeito oracional) → ocorre.
10	<b>C</b>	Não se usa vírgula entre o sujeito e o verbo, nem entre o verbo e seu complemento, quando esses elementos se apresentam na ordem direta. Se imediatamente próximo dos verbos não houver o sujeito (ou complemento verbal), aplique a vírgula.
11	<b>B</b>	<b>(Operações com números racionais)</b> Como $a = 6/9 = 2/3$ ; $b = 3/10$ , e sendo $c^2 = (2)^2 = 4$ , daí $(2/3 \cdot 3/10 + 1/4) : (3/10) = (1/5 + 1/4) : (10/3) = 3/2$

12 E	<p><b>02) (Problemas com frações)</b> <math>4/9 + 1/6 = 22/36 = 11/18</math> (dia) → dividindo 11 por 18, temos 1 litro e multiplicando por 18, temos 18 litros, como cada lata tem 6 litros, basta <math>18 : 6 = 3</math> latas.</p>
13 C	<p><b>SISTEMAS DO 1º. GRAU:</b> <math>\begin{cases} 3x = y/3 + 12 \\ x/y = 1/5 \end{cases}</math>, com <math>y = 5x</math>, substituindo na 2º. Equação <math>3x = 5x/3 + 12</math>, (m.m.c.) → <math>x = 9</math> e <math>y = 45</math>, logo <math>9 + 45 = 54</math></p>
14 D	<p><b>(Porcentagem)</b> → 97% é 19,4 e 100% é X, logo teremos, por regras de três, <math>X = 20</math> litros.</p>
15 A	<p><b>(Regras de Três Composta)</b> pães 600/960 (direta), farinha 33/60 (direta), gordura 1,28/0,66; padeiros 2/3 (inversa); horas por dia 4/7 (inversa) dias 7/x., logo teremos:</p> $\frac{7}{x} = \frac{600.33.1,28.3.7}{960.60.0,66.2.4} \rightarrow x = 4 \text{ dias.}$
16 A	<p>Em análise combinatória, quando não interessa a ordem dos elementos, trata-se de combinação: <math>C_n^p = C_{n,p} = \frac{n!}{p!(n-p)!}</math>.</p> <p>Portanto, o pensamento é o seguinte:</p> <p>As equipes são formadas por 4 dos 11 homens e 2 das 7 mulheres.</p> <p>O uso do conectivo e (em negrito) acima implica em produto das combinações.</p> <p>Temos então: <math>C_{11}^4 \times C_7^2 = \frac{11!}{4!(11-4)!} \cdot \frac{7!}{2!(7-2)!}</math></p> $\Rightarrow C_{11}^4 \times C_7^2 = \frac{11.10.9.8.7!}{4.3.2.1.7!} \cdot \frac{7.6.5!}{2.1.5!} = 6.930 \text{ equipes.}$
17 B	<p>Usando os algarismos de 0 a 9, devemos cuidar para que o 0 não apareça na 1º casa e que os algarismos que apareçam na 1º e 2º casa sejam respectivamente iguais aos que venham aparecer na 5º e 4º casa.</p> <p>— — — — — 9 10 10 1 1 = 9.10.10.1.1 = 900</p>
18 D	<p>KKKCCCCC é um possível resultado para essa situação. Temos 9 moedas sendo 3 caras e 6 coroas. Assim:</p> $P_9^{6,3} = \frac{9!}{6!3!} = \frac{9.8.7.6!}{6!3!} = 84$
19 C	<p>Devemos fazer a permutação total das 10 letras e dividir pelo resultado da permutação da parte ( 4 vogais – E, I, U, A) que foi estabelecido a ordem.</p> $\frac{P_{10}}{P_4} = \frac{10!}{4!} = 151200$

<p>20 <b>C</b></p>	<p><u>Resolução:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de alunos com menos de 18 anos <math>\Rightarrow</math> 7 alunas.</li> <li>• Número de alunos com exatos 18 anos <math>\Rightarrow</math> 1 aluna.</li> <li>• Número de alunos com mais de 18 anos <math>\Rightarrow</math> 4 alunas.</li> </ul> <p>Obviamente a ordem na escolha das 6 bailarinas não interessa, portanto, estamos tratando de combinação:</p> $C_n^p = C_{n,p} = \frac{n!}{p!(n-p)!}$ <p>Das 7 bailarinas menores de 18 anos devemos escolher três, isto é, <math>C_7^3</math> <b>E</b> devemos ter a aluna que tem exatos 18 anos <b>E</b> das 4 bailarinas maiores de 18 anos devemos escolher duas, isto é, <math>C_4^2</math>.</p> <p>No princípio da contagem, quando usamos o conectivo <b>E</b>, devemos fazer o produto das opções. Assim, o número de diferentes grupos de dança é igual a: <math>C_7^3 \times 1 \times C_4^2</math>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <math>C_7^3 = \frac{7!}{3!(7-3)!} = \frac{7.6.5.4!}{3.2.1.4!} = 35</math> opções.</li> <li>• <math>C_4^2 = \frac{4!}{2!(4-2)!} = \frac{4.3.2!}{2.1.2!} = 6</math> opções.</li> </ul> <p><math>\Rightarrow 35 \times 1 \times 6 = 210</math>.</p>
<p>21 <b>C</b></p>	<p><i>Antares, Deli, Caiscais, Elite, Antares.</i>  <i>Falar que está à frente é diferente de falar que está imediatamente à frente.</i></p>
<p>22 <b>A</b></p>	<p>63:9=7 e 7x3=21          186:31=6 e 6x3=18          85:17=5 e 5x3=15</p>

<p>23 E</p>	<p>A = pessoas com mais de 1,80 m de altura,                  B = pessoas com mais de 80 kg,                  C = pessoas com mais de 30 anos de idade</p> <p>Os depoimentos tratam-se de conjunções (<math>\wedge</math>), portanto é V quando as duas são V, e é F quando uma delas é F ou as duas são F.</p> <p><u>Tânia</u>(V): Lucas tem menos de 1,80 m (V) e mais de 80 kg (V).                  Portanto: não é A e é B.</p> <p><u>Irene</u>(F): Lucas tem mais do que 80 kg (V) e mais de 30 anos de idade (F).                  Portanto: não é C.</p> <p>Lucas é somente B, ou seja, tem menos de 1,80 m, mais de 80 kg e menos de 30 anos.</p>																					
<p>24 A</p>	<p>p: as metas de inflação não são reais.                  q: a crise econômica não demorará a ser superada.                  r: os superávits primários não serão fantasiosos.</p> $\begin{array}{l} p^V \rightarrow q^V \\ \sim p^F \rightarrow r^F \\ \sim r^V \\ \hline \therefore q^V \end{array}$																					
<p>25 B</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center;"><math>V</math></td> <td style="text-align: center;"><math>\rightarrow</math></td> <td style="text-align: center;"><math>F</math></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Benê: Se Aldo não executou o projeto, então Caio o executou. (F)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><math>V</math></td> <td style="text-align: center;"><math>\wedge</math></td> <td style="text-align: center;"><math>\underbrace{(F \vee V)}_V</math></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Caio: Eu não executei o projeto, mas Aldo ou Benê o executaram. (V)</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: center;"><math>\sim (V \wedge F)</math></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Aldo: Não é verdade que ( Benê e Caio executaram o projeto). (V)</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Portanto: Aldo e Caio não executaram o projeto e Benê executou.</td> </tr> </table>	$V$	$\rightarrow$	$F$	Benê: Se Aldo não executou o projeto, então Caio o executou. (F)			$V$	$\wedge$	$\underbrace{(F \vee V)}_V$	Caio: Eu não executei o projeto, mas Aldo ou Benê o executaram. (V)			$\sim (V \wedge F)$			Aldo: Não é verdade que ( Benê e Caio executaram o projeto). (V)			Portanto: Aldo e Caio não executaram o projeto e Benê executou.		
$V$	$\rightarrow$	$F$																				
Benê: Se Aldo não executou o projeto, então Caio o executou. (F)																						
$V$	$\wedge$	$\underbrace{(F \vee V)}_V$																				
Caio: Eu não executei o projeto, mas Aldo ou Benê o executaram. (V)																						
$\sim (V \wedge F)$																						
Aldo: Não é verdade que ( Benê e Caio executaram o projeto). (V)																						
Portanto: Aldo e Caio não executaram o projeto e Benê executou.																						
<p>26 C</p>	<p><math>p \Rightarrow q</math>: p é condição suficiente para que q ocorra, e q é condição necessária para que p ocorra.</p> <p>Atuação compradora de dólares por parte do Banco Central(p) é condição suficiente para (q) fazer frente ao fluxo positivo.</p>																					
<p>27 A</p>	<p>1ª coluna: <math>16+13=29</math>                  2ª coluna: <math>34-19=15</math>                  3ª coluna: <math>27+28=55</math>                  4ª coluna: <math>x - 42=66</math>  <math>x = 66+42 = 108</math></p>																					
<p>28 D</p>	<p>Observe que são dois pontos próximos e outro mais distante. O ponto distante deve estar à direita dos outros dois.</p>																					
<p>29 B</p>	<p>A negação de "Todo A é B" é "Algum A não é B", que é o mesmo que "Existe A que não é B".</p>																					
<p>30 C</p>	<p>A declaração está cheia de duplas negações. Do ponto de vista lógico, dizer que "não fui a lugar <u>nenhum</u>" é o mesmo que dizer que "fui a algum lugar";                  "hoje <u>não</u> compro <u>nada</u>" é o mesmo que "hoje compro alguma coisa";                  "não tenho <u>nada</u> a declarar sobre o crime" é o mesmo que "tenho algo a declarar sobre o crime."</p>																					

31	<b>C</b>	Artigo 34 da lei 8112/90
32	<b>D</b>	Artigo 182 da lei 8112/90
33	<b>D</b>	Artigo 13 § 3º da lei 8112/90.
34	<b>B</b>	Artigo 41 da CF/88
35	<b>D</b>	Artigo 142, III da lei 8112/90
36	<b>E</b>	<p>a) Errado, princípio da autotutela.</p> <p>b) Errado, efeito ex nunc.</p> <p>c) Errado, pelo princípio da tripartição dos poderes</p> <p>d) Errado, se é anulação, somente por ilegalidade e não interesse público;</p> <p>e) Correto, efeitos que voltam no tempo</p>
37	<b>A</b>	Doutrina: “ <b>Ato complexo</b> é o que necessita, para sua <b>formação</b> , da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes <b>órgãos</b> ”.
38	<b>B</b>	<p>São cinco princípios básicos da Administração, expressos na Constituição Federal, em seu art. 37, caput: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p> <p>Pelo princípio específico da legalidade, a Administração Pública só poderá fazer o que estiver previsto na lei.</p> <p>Duas são as vertentes do princípio da impessoalidade. Na primeira, qualquer ato da Administração Pública deve zelar pelo interesse público, não pessoal. Na outra, os atos são imputados à entidade a que se vincula o agente público, não a ele próprio.</p> <p>O princípio da moralidade diz respeito à moral interna da instituição, que deve pautar os atos dos agentes públicos, como complemento à lei. Os atos devem ser, além de legais, honestos, e seguir os bons costumes e a boa administração.</p> <p>Seguindo o princípio da publicidade, a regra é de que todos os atos devem ser públicos, garantindo a transparência estatal. As exceções devem ser legalmente</p> <p>Previstas e também atenderem ao interesse público.</p> <p>O princípio da eficiência prega a maximização de resultados em qualquer ação da Administração Pública, que deve ser rápida, útil, econômica, voltada para os melhores resultados esperados por todos.</p>
39	<b>A</b>	<p>a) a educação, a saúde, a proteção à maternidade e à infância; <b>(resposta correta)-</b></p> <p>b) o trabalho, a previdência social, o meio ambiente saudável e o salário família; <b>(errada - o meio ambiente saudável não é considerado, pelo art. 6º da CF, um direito social)</b></p> <p>c) a moradia, o lazer, a segurança e o habeas corpus; <b>(errada - o habeas corpus não é um direito social, mas sim um direito individual previsto no art. 5º LXVIII da CF)</b></p> <p>d) o salário mínimo, o mandado de segurança e a assistência aos desamparados. <b>(errada - o mandado de segurança é direito individual, conforme art. 5º, LXIX da CF)</b></p> <p>e) A intimidade e a vida privada <b>( errada – são direitos individuais e coletivos – artigo 5º da CF/88)</b></p>
40	<b>B</b>	O artigo 14, §4º, II da CF/88 que perde a nacionalidade brasileira quem adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis
41	<b>C</b>	Comentários: CF Art. 5o LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;



42	<b>D</b>	A Declaração Universal dos Direitos humanos, em seu artigo 13 prescreve que: a) Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.; b) Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.
43	<b>D</b>	Comentário: O artigo 5º,XVII da Constituição Federal prescreve a plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Contudo, é possível a imediata suspensão das atividades desenvolvidas por uma associação por decisão judicial.
44	<b>E</b>	Comentários: A constituição prescreve que haverá concessão de hábeas-data em dois casos, quais sejam: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Contudo, este rol não é taxativo mas, sim, exemplificativo, podendo lei infraconstitucional criar outras hipóteses da hábeas data.
45	<b>C</b>	Artigo 150, inciso III, letra “a” – princípio da irretroatividade.
46	<b>B</b>	Basta recordar a definição de tributo expressa no CTN:Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa.
47	<b>E</b>	De acordo com o artigo 150, § 1º da Constituição Federal, o imposto de importação, o imposto de exportação, o IPI e IOF podem ter suas alíquotas alteradas por ato do poder executivo e são exceções ao princípio da anterioridade.
48	<b>B</b>	Conforme o disposto no CTN, art.139, o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta. Obrigação tributária principal é a que tem por objeto a prestação pecuniária compulsória (pagamento de tributo ou multa).
49	<b>C</b>	Observe: PRINCIPIO LEGALIDADE - Tem-se a garantia que nenhum tributo será instituído, nem aumentado, a não ser através de Lei (art. 150, inc I). Tanto o aumento quanto a criação precisam de Lei. Exceções – Imposto de Importação, Imposto de Exportação, IPI, IOF (aumento da alíquota) PRINCIPIO ANTERIORIDADE - É vedada a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, inciso III b) Exceção: empréstimo compulsório destinado a atender despesas extraordinárias decorrente de calamidade publica, guerra externa ou sua iminência, Imp. Importação, Imp. Exportação, IPI, IOF, Imposto extraordinário em caso de guerra, contribuições de seguridade social, aumento alíquota ICMS, CIDE NOVENTENA (ANTERIORIDADE 90 DIAS) - É vedada a cobrança de tributo antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, inciso III c) Exceção: empréstimo compulsório destinado a atender despesas extraordinárias decorrente de calamidade publica, guerra externa ou sua iminência, Imp. Importação, Imp. Exportação, IR, IOF, Imposto extraordinário em caso de guerra, contribuições de seguridade social, base de calculo do IPVA e IPTU
50	<b>A</b>	A resposta é facilmente encontrada no art. 142 do Código Tributário Nacional:“Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.”
51	<b>D</b>	O lançamento por homologação acontece sempre que o sujeito passivo ou terceiro obrigado calcula e recolhe o tributo devido antes de qualquer providência do fisco. Mas, realmente, ele só se completa pela homologação expressa ou tácita da administração fiscal, que não perdeu no caso sua competência privativa para lançar (CTN, art.150)
52	<b>E</b>	Observe as afirmativas erradas: Afirmativa I está errada, pois de acordo com o artigo 77 do CTN, as taxas tem como fato gerador o exercício regular do poder de policia ou a utilização, efetiva ou potencial, ou seja, o contribuinte não precisa utilizar o serviço, basta ter potencialidade para utilizar Afirmativa III está errada, pois o IPI é de competência da União – artigo 153 da Constituição Federal

<p>53 B</p>	<p>a) CORRETA – Esta assertiva está em consonância com o art. 194, parágrafo único, V, CF/88, que trata do princípio da equidade na forma de participação no custeio.</p> <p>b) INCORRETA – Esta assertiva está incorreta tendo em vista que o princípio aplicável à hipótese é o princípio da seletividade na prestação dos benefícios e serviços, conforme art. 194, parágrafo único, III, CF/88.</p> <p>c) CORRETA – Esta assertiva está correta nos termos do art. 194, parágrafo único, VII, CF/88, o qual assegura a descentralização e democratização da administração da seguridade social, sendo o CNPS um órgão colegiado que representa na prática a existência da gestão quadripartite.</p> <p>d) CORRETA – Esta assertiva está correta, pois na hipótese aventada o princípio a ser aplicado é mesmo o da uniformidade e equivalência, nos termos do artigo 194, parágrafo único, II, CF/88.</p> <p>e) CORRETA – Esta assertiva está correta, pois se trata da exata redação do artigo 194, caput, da CF/88.</p>
<p>54 C</p>	<p>tendo em vista que o salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda é um benefício que deve ser atendido pela previdência social e não pela assistência social, conforme art. 201, inciso IV da CF/88. Nas demais assertivas encontram-se os objetivos da assistência social previstos expressamente nos incisos do art. 203 da CF/88.</p>
<p>55 E</p>	<p>Tendo em vista que a cobertura dos eventos de doença é uma atribuição da previdência social e não do sistema único de saúde, conforme art. 201, inciso I da CF/88. Nas demais alternativas encontram-se as atribuições do sistema único de saúde, conforme previsão nos incisos do art. 200 da CF/88.</p>
<p>56 C</p>	<p>a) CORRETA – Esta assertiva está em consonância com o § 8º. do art. 201, CF/88, que dá um tratamento especial à aposentadoria por tempo de contribuição do professor, reduzindo o prazo de contribuição em cinco anos em relação aos demais segurados.</p> <p>b) CORRETA – Esta assertiva está correta nos termos do § 11 do art. 201, CF/88, pois todo ganho habitual do empregado implica em contribuição para a previdência.</p> <p>c) INCORRETA – Esta assertiva está incorreta tendo em vista que cabe a lei complementar dispor sobre a previdência privada de caráter complementar e não a lei ordinária, conforme art. 202, caput, da CF/88.</p> <p>d) CORRETA – Esta assertiva está correta nos termos do § 5º. do art. 201, CF/88, só sendo permitido a filiação como segurado facultativo daquele que não faz parte do regime geral na qualidade de segurado obrigatório.</p> <p>e) CORRETA – Esta assertiva está correta, pois todo benefício previdenciário deve sofrer reajuste anual para que se possa manter o seu real valor de compra, conforme redação do § 4º. do art. 201, CF/88.</p>
<p>57 D</p>	<p>- alternativa 'a': encontra-se correta, pois reproduz exatamente o texto do art. 154 do CPC, que estabelece: "Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencheram a finalidade essencial".</p> <p>- alternativa 'b': encontra-se correta também, porque atende especificamente o disposto no art. 154 do CPC. De fato, observa-se que a forma do ato processual lhe é um requisito de segurança, contudo, acima da forma esta a finalidade do ato. Deste modo, ainda que não obedecida à forma, mas atingida sua finalidade o ato será declarado falido.</p> <p>- alternativa 'c': também se encontra correta, pois em regra os atos processuais são públicos, salvo os casos de segredo de justiça. A diretriz legal para esta afirmação está prevista no art. 155 do CPC, que dispõe: Art. 155. Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos: I - em que o exigir o interesse público; II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.</p> <p>- alternativa 'd': trata-se da questão de deve ser assinalada, pois está incorreta. Aplica-se mais uma vez o art. 155 do CPC, que estabelece a necessidade do segredo de justiça para processos desta natureza.</p> <p>- alternativa 'e': esta correta, por o Código de Processo Civil exige o uso do vernáculo, que trata-se do idioma pátrio.</p>

58 C	<p>- A alternativa 'a' esta correta, pois estabelece corretamente a definição de carta precatória que pode ser extraída da interpretação do art. 201 do CPC, que estabelece: "Expedir-se-á carta de ordem se o juiz for subordinado ao tribunal de que ela emanar; carta rogatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira; e carta precatória nos demais casos".</p> <p>- A alternativa 'b', também esta correta. Neste sentido cita-se o art. 200 do CPC, que dispõe: Art. 200. Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial ou requisitados por carta, conforme hajam de realizar-se dentro ou fora dos limites territoriais da comarca.</p> <p>- A alternativa 'c', é incorreta, pois neste caso não há necessidade de expedir carta precatória. De fato, estabelece o art. 230 do CPC: "Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas".</p> <p>- alternativa 'd': está correta nos termos do art. 201 do CPC.</p>
59 B	<p>- A regra quanto aos efeitos da citação está disciplinada no art. 219 do CPC, que estabelece: Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.</p> <p>- Assim, a alternativa 'a' esta incorreta porque os únicos efeitos que a citação ordenada por juiz incompetente produz são: constituir o devedor em mora e interromper a prescrição. Este último é que torna a alternativa 'b' correta.</p> <p>- alternativa 'c' e 'd' estão incorretas porque a citação ordenada por juiz incompetente, embora seja de fato nula, porque efeitos como acima demonstrado.</p>
60 A	<p>. Art. 172. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.</p>
61 B	<p>Art. 236. § 2o A intimação do Ministério Público, em qualquer caso será feita pessoalmente.</p>
62 A	<p>Prazos Legais: fixados na própria lei ("Prazos legais são aqueles definidos em lei, e a respeito dos quais nem as partes, nem o juiz, em princípio, têm disponibilidade" ).</p> <p>Prazos Judiciais: os marcados pelo juiz (ex. designação de data para audiência [art. 331 do CPC]). WAMBIER: "Prazos judiciais são aqueles fixados pelo próprio juiz. Essa tarefa só é atribuída ao juiz, pela própria lei, supletivamente, isto é, nos casos em que a própria lei não preveja os prazos".</p> <p>Prazos Convencionais: ajustados de comum acordo entre as partes (ex. suspensão do processo – art. 265, II e § 3º do CPC).</p> <p>Prazos Dilatórios – art. 181 do CPC: admite ampliação ou redução por convenção das partes e, pelo juiz, pode ser ampliado a despeito da previsão legal que o quantifica (Exemplos, art. 265, II [suspensão do processo] e 454, § 3o [questões complexas onde o debate oral e substituído por memoriais] do CPC).</p> <p>]Prazos Peremptórios – art. 182 do CPC: são inalteráveis, que por convenção das partes, que por determinação judicial (Exs. prazos para contestar, oferecer exceções, reconvenção e recorrer).</p>
63 D	<p>Art. 162. § 1o Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei.</p>
64 B	<p>A) O inquérito policial é um processo. <b>(é um procedimento e não processo)</b></p> <p>B) O inquérito policial é um procedimento administrativo, informativo, provisório, preparatório, destinado a fornecer o mínimo de elementos necessários ao órgão de acusação para a propositura da ação penal.</p> <p>C) O inquérito policial é um procedimento que não necessita de informações sobre materialidade e indícios de autoria. <b>(o IP tem como finalidade buscar indícios da autoria e materialidade do fato)</b></p> <p>D) O inquérito policial pode ser considerado um processo informativo, provisório, preparatório. <b>(é um procedimento e não processo)</b></p> <p>E) O inquérito policial é um processo informativo, provisório, destinado a fornecer o mínimo de elementos necessários ao órgão de acusação para a propositura da ação penal. <b>(procedimento e não processo)</b></p>

<p>65 C</p>	<p>A) Nos crimes de ação pública, esta será provida por denúncia do Ministério Público ou queixa do ofendido. <b>(apenas por denúncia. Se tivesse falado sobre ação penal privada subsidiária de uma pública, seria queixa)</b></p> <p>B) Nos crimes de ação pública esta será provida por denúncia do Ministério Público, mas não dependerá, em nenhum caso, de requisição do Ministério Público. <b>(pode vir a depender de representação ou requisição do Ministro da Justiça nas ações penais públicas condicionadas)</b></p> <p>C) Quando a lei o exigir, dependerão de requisição do Ministro da Justiça os crimes de ação pública.</p> <p>D) O Ministério Público terá liberdade de promover ação pública e, em nenhum caso, dependerá de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. <b>(pode vir a depender quando se tratar de ação penal pública condicionada)</b></p> <p>E) Queixa-crime é sinônimo de denúncia. <b>(não. Uma é petição inicial da ação penal privada e a outra da ação penal pública)</b></p>
<p>66 C</p>	<p>A) O princípio da obrigatoriedade aplica-se nas ações penais públicas, significando que o Ministério Público sempre é obrigado a denunciar diante da ocorrência de um fato criminoso, mesmo quando ausente prova da materialidade do fato. <b>(o princípio da obrigatoriedade diz que o MP é obrigado a denunciar desde que presentes indícios da autoria e prova da materialidade do fato)</b></p> <p>B) O Ministério Público pode desistir da Ação Penal Pública e transigir acerca da mesma. <b>(nas ações penais públicas o MP não poderá desistir e transigir acerca da mesma, pois se aplica o princípio da indisponibilidade)</b></p> <p>C) É causa de rejeição da denúncia, por ofensa ao princípio da indivisibilidade da ação, a circunstância de haver o Ministério Público formulado a imputação penal contra apenas um dos indiciados no inquérito policial, mesmo pesando indícios da autoria sobre todos</p> <p>D) Nas ações penais privadas, o ofendido, após a propositura da ação, não pode dispor da mesma, devendo prosseguir até o seu final. <b>(o ofendido pode desistir da ação penal privada, pelo princípio da disponibilidade)</b></p> <p>E) Nas ações penais públicas incondicionadas, o Ministério Público, para oferecer a denúncia, precisa de autorização (representação) da vítima ou de seu representante legal. <b>(ele somente precisa da representação quando se tratar de ação penal pública condicionada)</b></p>
<p>67 B</p>	<p>A) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial só poderá ter início mediante requerimento ou “notitia criminis” do ofendido ou de seu representante legal. <b>(nos crimes de ação penal pública incondicionada o inquérito policial poderá ser iniciado de várias formas, não só por esta descrita. Ex. portaria, requisição do juiz ou promotor etc.)</b></p> <p>B) Mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988, não há que se falar em contraditório e ampla defesa no curso do inquérito policial.</p> <p>C) Em regra, não pode a autoridade policial arquivar autos de inquérito policial, mas poderá fazê-lo, se ficar demonstrada, por prova cabal, a inexistência do crime. <b>(a autoridade policial nunca poderá arquivar autos de inquérito policial)</b></p> <p>D) É nulo o inquérito policial se faltar a nomeação de curador ao réu maior de dezoito e menor de vinte e um anos de idade. <b>(com o advento do Código Civil de 2002, não se torna mais necessário a nomeação de curador, e não se fala em inquérito nulo)</b></p> <p>E) O inquérito policial de réu preso, no procedimento comum (regra), deve ser concluído no prazo de 10 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias. <b>(não pode ocorrer esta prorrogação de 10 dias)</b></p>

<p>68 D</p>	<p>A) A autoridade policial no inquérito policial fica vinculada ao procedimento previsto em lei para averiguação dos fatos criminosos e de sua autoria. <b>(não existe na lei um procedimento fixado para o tramite do Inquérito Policial. Existe sim orientações previstas no art. 6 do Código de Processo Penal)</b></p> <p>B) O Inquérito Policial de crimes de ação penal pública, qualquer que seja a modalidade da mesma, pode ser iniciado mediante portaria. <b>(somente nos crimes de ação penal pública incondicionada)</b></p> <p>C) O Inquérito Policial é indispensável ao oferecimento da denúncia ou da queixa. <b>(o Inquérito Policial é prescindível desde que o titular da ação penal já possua indícios da autoria e prova da materialidade do fato)</b></p> <p>D) A finalidade do Inquérito Policial apuração das infrações penais e sua autoria.</p> <p>E) O relatório é uma peça essencial para o Inquérito Policial, ou seja, imprescindível, visto que conclui o mesmo. <b>(não é peça imprescindível)</b></p>
<p>69 D</p>	<p>A) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstancias elementares influir na prova de outra infração. <b>(é caso de conexão – art. 76, inc. III do CPP)</b></p> <p>B) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ou de suas sociedades de economia mista. <b>(art. 109 da CF – não entra as sociedades de economia mista)</b></p> <p>C) Existe conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração. <b>(é caso de continência – art. 77 do CPP)</b></p> <p>D) A competência em razão do local será determinada pelo lugar em que se consumar a infração penal. (art. 70 do Código de Processo Penal)</p> <p>E) Nos crimes de ação penal privada, a competência será obrigatoriamente o foro do domicílio do réu. <b>(o querelante poderá escolher entre o foro de domicílio do réu ou o lugar do lugar infração, conforme art. 73 do Código de Processo Penal)</b></p>
<p>70 C</p>	<p>A) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor. <b>(correta)</b></p> <p>B) Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, enquanto não passar em julgado a sentença, e receberá a causa no estado em que se achar. <b>(correta)</b></p> <p>C) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público. <b>(incorreta – art. 270 do CPP)</b></p> <p>D) As prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável. <b>(correto – art. 274 do CPP)</b></p> <p>E) O perito, ainda quando não oficial, estará sujeito à disciplina judiciária, não cabendo às partes a nomeação do mesmo. <b>(correto – art. 275 do CPP)</b></p>

**Saiba mais:**  
**Acompanhe no site [www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)**